

ESTADO, ESPAÇO E REGIÃO: NOVOS ELEMENTOS TEÓRICOS*

Paulo Henrique N. Martins**

INTRODUÇÃO

A maior dificuldade interposta ao aprofundamento da discussão sobre o tema questão regional está na imprecisão do conceito de região. O debate, que tem um sentido político estratégico inegável, transforma-se numa conversação de surdos, onde cada qual verbaliza seu próprio discurso particular, sem ser ouvido, sem ouvir os demais. No plano científico, o desarmamento de idéias finada por pulverizar os ganhos teóricos acumulados, dando margem a uma crescente vulgarização do tema "questão regional"¹.

Restringindo o estudo da temática "região" apenas ao campo das Ciências Sociais observamos que já aí a terminologia ganha uma multiplicidade de sentidos que acompanha os enfoques disciplinares predominantes. Sem nos aprofundarmos numa revisão historiográfica sobre o assunto - o que sem dúvida merece ser feito - constatamos que a produção científica sobre região (e sobre um outro fenômeno que é subjacente e anterior, o espaço) está fortemente impregnada pela influência positivista e empirista. Não é mesmo exagero dizer que por trás da gama de teorias existentes sobre a matéria prevalece uma base conceitual relativamente rígida e informada por aqueles elementos.

A concepção positivista clássica

* Texto apresentado no Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da UFS nos dias 12, 13 e 14 de junho/85.

** Professor e Pesquisador da Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco (FCAP).

de região tem na Geografia Humana e na Sociologia Política os seus campos de conhecimento mais pertinentes, sobretudo a primeira. Ambas se apoiam num conceito de região de base eminentemente empírica, sendo o espaço visto como algo dado a priori. Na Geografia Humana tradicional, parte-se do pressuposto que no real existem pedaços de espaço, identificáveis, as regiões, portadoras de uma "personalidade" na expressão de Vidal de La Blache. As propostas de regionalização daí derivadas têm sofrido contínuas adaptações ao longo dos anos, estimuladas sobretudo pelo confronto com a moderna Geografia Quantitativa. Defrontam-se, porém, no real com o intenso desenvolvimento das forças produtivas que conhece o mundo recentemente com a ascensão do capitalismo monopolista. Os progressos realizados atualmente no campo da tecnologia industrial e agrícola, nos meios de comunicação e transportes põem em cheque a falsa idéia de uma região como espaços geográficos isolados produzidos na simples relação de um grupo humano com seu meio geográfico. Todo esforço de estabelecer uma relação de causalidade entre esses dois aspectos conduz irremediavelmente a erros de avaliação na medida em que substitue as relações humanas subjacentes por relações entre "coisas". Assinala com prioridade Milton Santos que os "diversos tipos de mediação, entre as quais é preciso considerar as técnicas políticas, financeiras, comerciais ou econômicas não sentido amplo dão à relação homem-meio uma outra dimensão, que exclui a rigidez de uma geografia regional do tipo clássico e o mecanismo de suas relações com a chamada geografia geral"².

Se há um século atrás ainda era possível aplicar razoavelmente esse conceito de região pela mais lenta transformação das formas produtivas extenuando-se uma aparente idéia de per

manência na "paisagem", hoje isso é praticamente impossível. A velocidade e a complexização das mudanças fazem sucumbir a teoria ao mesmo tempo em que revitalizam a prática teórica³.

Na Sociologia Política o conceito de região tem uma tendência marcadamente culturalista. Define-se preferencialmente a partir das influências que os elementos de ordem étnica, religiosa e cultural, de modo geral, exercem sobre a relação entre o homem e o seu meio. As adaptações históricas do conceito de região através desta corrente do pensamento tem caminhado para a inclusão de elementos políticos como território e poder na busca de uma redefinição do conceito de região que atenda às determinações culturais originárias. Situação refletida no pensamento de Washington Peluso de Souza quando trata do desaparecimento dos horizontes "regionais" a partir das antigas linhas de visórias dos territórios de Estados e nações. Para a definição de novas fronteiras regionais, diz ele, "torna-se necessário rebuscar todos os elementos sobreviventes, por mais esmaecidos que se encontrem, porque eles estão presentes à estrutura mental do homem e do grupo. São assim transformados em autênticos valores fronteirizos, que deverão ser trabalhados para que os horizontes regionais sejam delineados no amplo sentido cultural capaz de representá-los efetivamente e fielmente"⁴.

A preocupação com a definição de "autênticas" regiões na formação social brasileira veio marcar as obras de importantes autores nacionais como Gilberto Freire, Oliveira Viana, Tavares Bastos, Alberto Torres e outros mais. Todos eles, autores com acentuada formação positivista.

O desenvolvimento das concepções neo-positivistas de região, ao longo do século XX, se assentam nos paradigmas da economia neo-clássica, mais especificamente em dois de seus ramos: a "economia regional" e a "teoria da localização". Elas vão ser assimiladas principalmente pela "New Geography", uma "nova geografia" que se opunha à "geografia tradicional", surgida no pós-guerra nos países centrais e posteriormente exportada para os países do Terceiro Mundo. Esta nova linha de pensamento se firma pelas necessidades de expansão do capital monopolista a nível internacional e a nível intra-nacional. Assim, os Estados modernos desde a segunda guerra vêm-se levados a adotar procedimentos técnicos indispensáveis ao desenvolvimento de políticas de planificação nos seus respectivos territórios.

Uma nova idéia de "região" passou a ser adotada a partir da aplicação de modelos matemáticos sobre a categoria espaço, baseando-se no princípio da possibilidade de reconstrução do equi-

líbrio espacial a partir da iniciativa dos agentes. A palavra "regionalização" veio traduzir esse tipo de ação ficando, porém, sem respostas, perguntadas como ação por iniciativa de quem, para quem e para que.

Essas novas teorias regionais se fundam precipuamente na idéia de espaço como sistema, o que é problemático a vários níveis. Primeiramente, por que nas análises sistêmicas o conhecimento real de um espaço não é obtido a partir das relações sociais entre indivíduos mas a partir das relações entre processos, escamoteando-se para o plano secundário o peso das relações humanas na construção do espaço social.

Em segundo lugar, trata-se de uma concepção eminentemente empírica que transforma o espaço e o tempo em realidades neutras que se combinam e se desenvolvem com outras realidades dadas pelas relações, quantidades, acontecimentos. Na prática, essas novas contribuições têm significado a aplicação de métodos inadequados a realidade sociais peculiares, o que ocorre frequentemente nos países e regiões do Terceiro Mundo com irrecuperáveis prejuízos ecológicos, econômicos e sociais.

O enfoque sistêmico apenas sofisticava a prática positivista sem superá-la, já que, como enfatiza Antonio Carlos Robert de Moraes "tal posição não acata, em primeiro lugar, as diversidades do fenômeno do real e, logo, das formas de abordá-los. Preconiza um encaminhamento único das análises, tendendo por modelo os procedimentos próprios das ciências naturais"⁵.

Nos últimos tempos o debate sobre o espaço e região tem sido revitalizado por contribuições histórico-estruturalistas disseminadas em particular entre autores de formação marxista. As novas discussões retomam, portanto, com ênfase o papel do espaço na reprodução das relações sociais de produção e na divisão social do trabalho capitalista.

As repercussões, a nível de Brasil, dessas tendências teóricas de cunho histórico-estruturalistas têm sido manifestas através dos trabalhos de alguns poucos mais influentes autores nacionais e estrangeiros, entre os quais nós selecionamos para uma análise comparativa mais aprofundada, os três que consideramos como sendo os mais representativos para se pensar o debate atual: Alain Lipietz, Milton Santos e Francisco de Oliveira.

O DEBATE SOBRE ESPAÇO E REGIÃO NO BRASIL

A tentativa de articulação das contribuições teóricas dos autores aci-

ma citados não é tarefa simples seja em razão das formações disciplinares diferenciadas (um engenheiro, um geógrafo e um sociólogo), seja pelas influências teóricas diversas presentes na formação acadêmica de cada um desses autores.

Apesar dessas dificuldades preliminares é curioso verificar as pistas que eles fornecem para se pensar a problemática regional no Brasil-

LIPPIETZ, como os demais autores marxistas ou de formação originária marxista se apoia na teoria do valor para desenvolver sua reflexão. Para ele o "espaço social" é uma das categorias de existência material da totalidade das relações sociais. "O espaço material aparece tanto como efeito dessas relações como um determinante dessas mesmas relações...". Sendo esse espaço social um "momento" da reprodução social "este espaço em si é o fundamento do espaço empírico onde se desenrolam, se inscrevem, se desenvolvem etc. as relações sociais". O espaço sócio-econômico, segundo o autor pode ser analisado em termos da articulação de espacialidades próprias às relações definidas nas diferentes instâncias de diferentes modos de produção existentes numa formação social. Essas espacialidades consistem na correspondência entre presença/distância (no espaço) e participação/exclusão (na estrutura ou relação considerada), o que pode ser melhor entendido pela distribuição de lugares no espaço e na relação. To mando como exemplo a relação patrão-operário observamos que a separação produtor direto de seus meios de produção possui uma certa dimensão espacial evidente dada pelos muros da fábrica (correspondência presença-distância) ou pelas "coreografias de trabalho" na relação entre o patrão e o empregado no interior da fábrica (correspondência participação-exclusão)⁷.

Situação que é totalmente diversa, por exemplo, daquela encontrada em economias camponesas. Nesta, os lugares têm pontos de referências distintos, seja pela intimidade física do produtor direto com seus meios de produção, seja pela relação menos rígida e hierarquizada do trabalhador e suas famílias. A produção das espacialidades obedece, assim, a outras vertentes históricas.

LIPPIETZ, explica que se as relações sociais possuem uma dimensão espacial, são elas que "polarizam" o espaço social. "A região aparece assim como o produtor de relações inter-regionais como uma dimensão das relações sociais"⁸. Também esclarece o autor por outro lado, que não se deve entender a estruturação do espaço como produto de leis imanentes do materialismo histórico e da acumulação do capital,

lembrando que "a estruturação do espaço é a dimensão espacial das relações sociais, e sendo essas lutas de classes a estruturação do espaço é luta de classe não somente no sentido de que ela é o produto, mas de que ela é também um meio"⁹.

O trabalho do autor francês é sem dúvida original. Trata ele contudo, muito mais da natureza filosófica da região a partir de uma revisão radical da categoria espaço.

Por isso mesmo a leitura de seu trabalho resente-se de uma abordagem mais historicizante das formações regionais. Insuficiência revelada na sua classificação de regiões, cujo critério é dado apenas pelos elementos de finidores dos fluxos econômicos de mercado¹⁰.

Em Milton SANTOS a idéia de espaço se aproxima inicialmente da de LIPPIETZ. Para ele o espaço é um testemunho, "ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada"¹¹. Difere do autor francês, no entanto, quando procura explicar a reprodução do espaço social. Enquanto aquele vê a reprodução do espaço e das regiões a partir das espacialidades contidas nas relações sociais, Milton SANTOS procura dar ênfase à questão do espaço total: "O espaço total e o local são aspectos de uma única e mesma realidade - a realidade total - a imagem do universal e dos particulares. A sociedade global e o espaço global se transforma através do tempo, num movimento que, embora interressando igualmente as diversas frações da sociedade e do espaço, é o resultado da interação entre sociedade global e o espaço global e suas frações"¹². Milton SANTOS desenvolve uma visão sistêmica do espaço ao atribuir às firmas multinacionais o papel de núcleo central do processo de organização do espaço. Segundo ele a internacionalização da produção sob a égide das grandes firmas multinacionais fez com que tenhamos chegado a uma fase histórica em que "a noção de espaço global se impõe com mais força porque as variáveis que ajudam a tecer o seu contexto têm uma origem cada vez mais longínqua e um alcance mundial"¹³.

A ênfase dada à totalidade espacial torna problemático no pensamento do autor a idéia de região: "Lugares e áreas, regiões, ou subespaço são, pois, unicamente áreas funcionais, cuja escala real depende dos processos"¹⁴. Reduzindo a região a uma questão de escala o autor empobrece e obscurece um ponto importante no seu trabalho, que a nosso ver oferece indícios interessantes para o estudo de região. É o conceito de "rugosidade": "As rugosidades são os espaços construídos, o tem

po histórico que se transformou em paisagem incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem mesmo sem tradução imediata, resto de uma divisão de trabalho internacional, manifestada normalmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizado¹⁵. Pensamos que esta idéia mereceria um tratamento mais aprofundado que relacionasse ao lado das combinações de ordem econômica citadas, outras de natureza política, cultural, religiosa, etc. Muito provavelmente, porém, a incorporação de outros elementos da existência humana na organização do espaço social poria dúvidas sobre a coerência sistêmica do conceito de totalidade espacial.

É verdade que o autor procura fugir de uma abordagem sistêmica tradicional a quem ele faz críticas pertinentes. O conceito de "rugosidade" constituiu um esforço de introdução do elemento histórico na análise do espaço. Mas quando ele incorpora esse novo elemento na procura de demonstrar que o novo modo de produção tem que se adaptar as formas pré-existentes para poder determinar-se a idéia de totalidade e de globalidade termina por se chocar com a idéia de singularidade: a idéia de totalidade espacial fica relativizada. Esse problema é claro logo que ele procura explicar o papel do Estado na formulação do espaço: "A realização de uma sociedade mundial fez com que também o espaço se tornasse total. Mas o movimento brutal de unificação iniciado desde os começos do período capitalista por volta do século XVI é também um movimento de diversificação que consagra o princípio da unidade e da diversidade na História. Este movimento atinge seu ápice neste período tecnológico em que cada nação parece só poder encontrar seu destino sob a forma de um Estado"¹⁶.

Na medida em que Milton SANTOS desenvolve a idéia do Estado como organizador do espaço - o que diga-se de passagem ele faz brilhantemente - ficam mais evidentes as dificuldades de se conceber a idéia de totalidade espacial e as variações de organização do espaço como simples questão de escala. No momento em que o Estado cuida de elaborar os espaços ele não se defronta apenas com "rugosidades". Ele atua sobre um campo de força marcado por singularidades econômicas, políticas e culturais, singularidades essas que são polarizadas pelas relações sociais. Por isso fica difícil a aceitação da idéia de um espaço total gerido pelas firmas multinacionais. As escalas de totalidade terminam por serem "quebradas", rompidas pela série de mediações existentes nos caminhos que levam do total ao singular. Desse modo a ação do Estado não produz ou reproduz meros espaços sistêmicos, mas espaços so-

ciais, espaços regionais. O resultado disso é que o autor termina, involuntariamente, por se trair quando analisa concretamente as modalidades da ação do Estado sobre os subespaços, ao recorrer ao termo "Espaço regional" na explicação dessa ação¹⁷.

O estudo do conceito de região de Francisco de OLIVEIRA difere em um ponto básico dos estudos realizados por LIPIETZ e SANTOS. Enquanto esses autores se fundem numa ampla reflexão teórica-filosófica sobre a idéia de espaço, OLIVEIRA desenvolve seu trabalho a partir de uma realidade histórica concreta: a do Nordeste do Brasil, da SUDENE e do planejamento regional. Por isso mesmo sua contribuição apresenta alguns grandes méritos e outras notórias deficiências. Como maior mérito podemos assinalar a originalidade da abordagem do tema "questão regional", a nível de Brasil, que converteu seu livro básico (Elegia para uma re(li)gião, SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes) numa obra clássica sobre o assunto. Mas numa perspectiva eminentemente teórica seu trabalho também se revela pelo esforço de desenvolver o conceito de região a partir da inclusão do elemento político, como de terminante fundamental na construção do espaço social. Se essa preocupação não estava ausente do pensamento dos demais autores já vistos, nele a questão do político ganha uma conotação toda especial: "privilegia-se aqui um conceito da região que se fundamenta na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classes e do conflito social em escala mais geral"¹⁸. Na elaboração de seu conceito de "região econômico-política" ele se inspira originalmente nos escritos de Gramsci sobre a questão meridional italiana.

A deficiência maior, contudo, do conceito de região em OLIVEIRA está na ausência de uma maior reflexão científica sobre o conceito de espaço, o que o leva a uma deformação do conceito, como veremos adiante. Os geógrafos GOLDENSTEIN e SEABRA sustentam a tese que os conceitos de região em OLIVEIRA e LIPIETZ são basicamente os mesmos apesar de aparentes divergências¹⁹. Nós pensamos o contrário. Existem divergências profundas, a serem esclarecidas, que vieram mesmo a influenciar negativamente no estudo empreendido por OLIVEIRA sobre "regiões" do Nordeste brasileiro.

Em primeiro lugar, para LIPIETZ, a região surge como resultado da articulação de diferentes modos de produção: "Eu penso com efeito, que o espaço sócio-econômico concreto pode ser analisado em termos da articulação de

espacialidades próprias às relações de finidas em diferentes instâncias de diferentes modos de produção presentes nas formação social"²⁰. OLIVEIRA, ao contrário, restringe sua análise ao modo de produção capitalista: "O que preside o processo de constituição das regiões é o modo de produção capitalista e, dentro dele, as regiões são apenas espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais..."²¹. OLIVEIRA ainda torna o universo de seu conceito mais restrito ao conceber o surgimento da região como resultado do desenvolvimento da região do capitalismo mercantil internacional, assentando seu pensamento sobre a história das regiões açucareira e algodoeira-pecuária do Nordeste. Visão esta que deu margem a idéia das regiões do Brasil como sendo um conjunto de "arquipélagos" que apenas seriam dissolvidos a partir da década de cinquenta.

Esta diferença fundamental no pensamento dos dois autores se reproduz em torno de mais três diferenças complementares.

A primeira de grande importância por marcar a lógica do pensamento de OLIVEIRA na análise do desenvolvimento regional a partir da década de cinquenta é a de que o espaço tende a se homogeneizar e a região a desaparecer com a dominação do capital monopolista a nível nacional: "existe uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as regiões no sentido proposto por esta investigação"²². Raciocínio este afirmado ainda com maior ênfase em outro trabalho do autor ao afirmar que para que as empresas monopolistas realizem a tarefa de reprodução do capital "a homogeneização do espaço econômico é absolutamente necessária: ela realiza a síntese da necessidade de manutenção das taxas de remuneração do capital..."²³. Assim não pensa LIPIETZ, que concentra muito mais sua preocupação em definir as regiões a partir das articulações das espacialidades das relações sociais, enquanto OLIVEIRA as define a partir dos estágios de desenvolvimento do capitalismo. A própria classificação de regiões apresentadas por LIPIETZ é concebida a partir da atual regulação monopolista²⁴.

A segunda diferença complementar entre os dois autores diz respeito ao modo como se relacionam as regiões dentro de uma formação social. Acredita OLIVEIRA que desde o momento em que da região é homogeneizada internamente pela predominância de uma das formas do capital (seja ele comercial, industrial, agrário) a partir das determina-

ções externas do capital internacional essa região passa a ser "fechada" por suas elites: "O fechamento de uma região pelas suas classes dominantes requer, exige e somente se dá, portanto, enquanto essas classes dominantes continuam a reproduzir a relação social de dominação ou mais claramente as relações de produção"²⁵. Assim não pensa LIPIETZ que apenas concebe a região como produto de relações inter-regionais, vez que estas são a própria expressão das relações sociais²⁶. Assim as regiões são sempre espaços abertos independentemente da ação e vontade política de suas classes dominantes.

A última diferença a assinalar a partir do desdobramento do conceito de região nos dois autores diz respeito à questão do aparelho de Estado. OLIVEIRA, partindo da idéia de regiões fechadas vai desenvolver na análise do caso brasileiro a existência dual do Estado: um Estado oligárquico que se contraporia a um Estado burguês²⁷. LIPIETZ partindo da idéia de região "aberta" concebe o Estado a nível regional como parte do aparelho de Estado unitário: "Uma armação regional é uma região de articulação de relações sociais que não dispõem de um aparelho de Estado completo, mas onde se regulam, entretanto, as contradições secundárias entre as classes dominantes"²⁸.

A ênfase aqui dada as especificidades do conceito de região na obra de Francisco de OLIVEIRA diz respeito à importância que tem tido no desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil e no aprofundamento da discussão sobre a "questão regional". Partindo de uma abordagem sociológica e de seu conceito de região econômico-política o autor veio inegavelmente influenciar toda a produção seguinte sobre os estudos regionais, até então praticamente monopolizada pelo pensamento geográfico. À par disso, contudo, algumas confusões teóricas foram geradas a partir, principalmente, de sua idéia de homogeneização do espaço regional com a dominação monopolista, que terminou por provocar uma certa vulgarização do conceito de região.

As deficiências do pensamento do autor com relação ao conceito de região estão ao meu ver na insuficiente reflexão epistemológica sobre a idéia de espaço, encoberta pela valorização excessiva que ele dá a sua percepção do real-empírico. Nas páginas seguintes vamos tentar aprofundar, portanto, o conceito de espaço para tentar oferecer maior objetividade ao uso do conceito de região.

O ESTADO-NAÇÃO MEDIANDO O ESPAÇO DO CAPITAL

ESPAÇO E CAPITALISMO

Muitas vezes quando se discute a questão da produção do espaço como processo utiliza-se a expressão "processos espaciais". O termo é infeliz por duas razões: primeiro por camuflar as relações sociais concretas que existem por trás da noção de processo. Segundo, porque a expressão "processos espaciais" como tal é incorreta: o que existe são processos sociais que se manifestam sobre a superfície terrestre. Diz com razão sobre o assunto ROBERT MORAES que "a espacialidade, em si, não pertence a esfera deste ou daquele lugar concreto, mas é uma característica imanente de qualquer processo seja ele social ou natural.

Neste sentido, não cabe uma ontologia do espaço, pois este é um atributo dos seres e não de um ser. A espacialidade enquanto atributo está contida em todo o processo de criação de valor. Ela é uma mediação necessária para a compreensão de uma manifestação histórica concreta"²⁹.

O espaço social, portanto, lembrando LIPIETZ, deve ser analisado em termos de "articulação de espacialidades próprias a diferentes relações de produção". Estas relações desde suas formas mais primitivas criam uma rede de processos entre a produção, a apropriação a distribuição e o consumo que terminam por fornecer uma certa singularidade ao espaço historicamente produzido. Este fluxo de mercadorias oriundo da produção é gestado a partir de relações sociais concretas e recebe a influência não somente dos condicionantes econômicos, mas também políticos e culturais existentes, e no caminho inverso também os influenciam.

Cada modo de produção existente na história é a expressão pois, da combinação de uma série de processos e relações sociais, presentes e passadas, que se manifestam por uma maneira específica de organização de espaço e tempo. A especificidade dessa manifestação se materializa através de certas condições basilares da produção e re produção social relevadas pelo papel da distância entre as correspondências reais e pelo tipo de participação dos atores sociais na formulação dessas interações.

Nas sociedades pré-capitalistas, a generalização do uso da moeda nas trocas mercantis trouxe reflexos importantes na organização do espaço, relativizando a distância através da aceleração do fluxo de circulação de mercadorias com a reforma e ampliação gradual do papel das cidades, com a superação

das velhas fronteiras territoriais que separavam as cidades-estados ou os feudos. As antigas guerras de saque com objetivos simples e imediatos de apropriação pela violência dos excedentes econômicos de povos vizinhos são substituídas aos poucos por formas mais direcionadas de exploração de outros povos. As guerras se transformaram qualitativamente com a ampliação do processo de circulação de mercadorias.

Com o advento do capitalismo, aprofunda-se velozmente a divisão social do trabalho. Diferente das sociedades pré-capitalistas agora se organiza uma matriz espacial com traços bem mais caracterizados baseada na separação do produtor direto de seus meios de produção. Segundo Nicos POULANTZAS isso faz com que esta matriz apareça como "um espaço serial, fracionado, descontínuo, parcelário, celular e irreversível, que é específico da divisão taylorista do trabalho em cadeia na fábrica. Se esse espaço é homogêneo, só secundariamente isso acontece, no sentido que sua homogeneização trás problemas e constitui-se a partir de sectionamentos e distâncias que ele comporta"³⁰. Esta observação é importante pelo motivo seguinte: se nas formações pré-capitalistas a organização do espaço tendia a assumir formas irregulares em decorrência das articulações desiguais, embora não necessariamente combinadas, da divisão do trabalho, no capitalismo este espaço tende a ser formulado a partir de um movimento crescentemente desigual e combinado das forças produtivas. Esta é a questão-chave da natureza do espaço na forma capitalista de produção. Sua homogeneização apenas pode ser concebida a partir de sua diversificação. Esta via de mão dupla é a dialética da produção do espaço"³¹.

Com o desenvolvimento do capitalismo mercantil a divisão do trabalho se aprofunda através de recortes nas áreas de produção da antiga Europa, e com a incorporação de outras áreas onde existem povos de tradições milenares (Índia, China) ou áreas de povos mais primitivos (América, África). O movimento de circulação de mercadorias amplia-se de forma marcante criando uma infinidade complexa de articulação das espacialidades entre antigas e novas relações sociais e diferentes modos de produção. A ampliação da divisão do trabalho capitalista, no seu sentido vertical e horizontal termina por configurar novos espaços capitalistas, traduzindo o seu movimento de homogeneização e diversificação. Nesses espaços fracionados, tendem a se constituir certos processos específicos de acumulação, de organização do poder político e de desenvolvimento dos conflitos sociais. Surgem as regiões.

Na passagem para o capitalismo industrial, em princípio no seu está

gio concorrencial e depois monopolista, tornam-se bem mais complexas as estruturas dos espaços regionais tanto nos países centrais como nos periféricos. Para isso irá exercer um papel decisivo os modernos Estados, intervindo na extinção ou reorganização de várias regiões ou surgimento de novas regiões.

O ESTADO MODERNO: O MEDIADOR POLÍTICO DAS REGIÕES

TERRITÓRIO NACIONAL E TERRITÓRIOS REGIONAIS.

Existe uma certa similitude entre o surgimento da nação moderna e da região moderna sob o capitalismo³². Ambas se organizam a partir da matriz espacial descontínua e fracionada do capitalismo já presente na órbita econômica, nas relações de produção, e via bilizada historicamente através das lutas políticas entre dominantes e dominados.

Este último aspecto é importante por chamar a atenção sobre certas tendências teóricas atuais que procuram conhecer o surgimento da nação e da região moderna a partir de uma ótica economicista que vê o aparecimento histórico desses fenômenos a partir de uma abordagem parcializada da reprodução do capital, aquela dada pelo lado econômico do problema. POULANTZAS, responde muito bem a questão da nação ao dizer que "a generalização das trocas mercantis não pode ser responsável pela criação da nação moderna: se ela aceneta a necessidade de unificação do mercado dito "interno" e a supressão dos entraves para a circulação das mercadorias e do capital, ela não explica em nada porque esta unificação se localiza precisamente ao nível da nação"³³.

Povos de mesma língua, hábitos e costumes são separados por pontos e linhas demarcatórias que os levam para caminhos diferentes. Os exemplos são abundantes: na Europa, na África, na América Latina.

Fenômeno parecido, embora menos nítido se dá com relação à região. A generalização das trocas mercantis oferece apenas uma explicação parcializada de sua formação. Seus limites não são dados apenas no equacionamento do movimento de dispersão/concentração do capital: outras mediações de caracteres político, ideológico e cultural, entrecruzadas e particularizadas no contexto das lutas sociais, influenciam a conformação histórica das regiões.

Tanto no caso da nação como da região aparece como elemento sobredeterminante o Estado, demarcando permanen-

temente a relação "interno/externo" como ponto de inferência do território. No caso da nação os pontos de separação entre o "dentro" e o "fora" são mais claros: são dados pelas fronteiras modernas do Estado burguês. Essas fronteiras não são criadas por condicionantes econômicos ou naturais, mas sim por determinantes políticos propriamente ditos. Esta necessidade política de demarcação de "fronteiras modernas" nasce quando a fixação das atividades produtivas gera uma divisão territorial de produção e divisão territorial do poder político, até o ponto em que a criação de um aparelho de Estado espacialmente localizado e adaptado para gerir a reprodução do capital no controle das lutas sociais torna-se um imperativo histórico.

No caso da região é também o Estado que demarca seus limites político-institucionais, - sobre cruzando seus horizontes sócio-econômicos -, que podemos designar como "fronteiras internas" em oposição "as fronteiras externas" que delimitam a existência dos Estados e territórios nacionais. Essas fronteiras internas designadora dos territórios regionais são menos facilmente observáveis em razão de três fatores:

a) sua importância secundária com relação à fronteira nacional;

b) a maior mobilidade histórica de seus limites - no caso do Estado nacional a mudança de seus limites fronteiros geralmente se faz através de guerras e normalmente trás consigo a ameaça de sobrevivência de algum dos Estados nacionais envolvidos (a primeira e a segunda guerra mundial estão plenas de exemplos). No caso das regiões o deslocamento de suas fronteiras e territórios no interior do espaço nacional atende, não mais das vezes, a interesses políticos diferentes nascidos no bojo dos conflitos sociais e das lutas pelo poder a nível regional (que explicam o surgimento de um órgão como SUDENE, por exemplo) ou de outras ações políticas e administrativas do poder público respondendo a conflitos difusos do passado, (os atuais limites fronteiros das unidades federativas no Brasil). Às vezes ocorre de os limites fronteiros regionais sobrepujarem os modernos limites fronteiros nacionais, o que se verifica com frequência em nações mais antigas cujos elementos constitutivos anteriores se reproduzem historicamente por cima das divisas territoriais.

c) Em terceiro lugar, destaca-se a multiplicidade de limites fronteiros regionais, que atendem as conveniências dos interesses do poder ou dos movimentos sociais que se gestam sobre a esfera econômica. Assim, a exis-

tência da região açucareira no Nordeste é sobredeterminada pela ação dos governos estaduais e do governo federal através do Instituto do Açúcar e do Alcool e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O mesmo se dá nos casos da região cacauzeira da Bahia ou cafeeira de São Paulo, Minas e Paraná.

Em razão dessa multiplicidade de limites fronteiriços, quando observada no plano político, a determinação do conceito de região sócio-econômico-política não oferece ao observador uma imagem territorial simples e unitária. Esta determinação está sujeita, ao contrário, a um enfoque abstracional dinâmico, diferenciado e hierarquizado que atende ao conhecimento de diferentes aspectos de sua existência no real-concreto. As diversas formas de apreensão espacial/territorial da região não são assim aleatórias. Elas obedecem a uma identidade nuclear: as lutas sociais plasmadas sobre formas específicas de existência do capital e das estruturas sociais correspondentes e designadoras de processos políticos e ideológicos particularizadores. A ação do Estado através de políticas de planejamento regional revela, em última instância, justamente a presença de conflitos sociais específicos subjacentes. Por esta ótica, a diversidade de limites fronteiriços político-institucionais da região nos oferecem momentos diferentes de apreensão do regional. Tomando como exemplo a idéia de Nordeste, verificamos, então, que sua existência como região pode ser vista sob diversos prismas articulados:

. O Nordeste pode ser entendido como uma região quando se estuda os efeitos que a ação planificadora do Estado, na SUDENE, gera na reprodução econômica, política, social e ideológico-cultural do espaço sob intervenção.

Neste sentido mais amplo, o conceito de região "Nordeste" tem sua existência definida basicamente a partir da ação político-administrativa do Estado. Mas não se pode esquecer duas coisas: primeiro, esta intervenção do Estado nasceu a partir de conflitos sociais espacialmente localizados, ainda que neles participem motivações políticas extra-regionais. Em segundo lugar, essa ação do Estado, desde que efetiva, passa a produzir efeitos uniformizadores no espaço - de caráter, econômico, político e ideológico - que o distingue de outras porções do espaço nacional. Esta idéia de Nordeste como região, não custa repetir, afasta-se das bases econômicas que informam a existência localizada do capital, mas o faz apenas indiretamente. Pelo seu nível abstracional, dilui a base sócio-econômica que informa sua existência em prol de determinantes propriamente políticos, mas a ela continua um bilicalmente ligada. Ela deve assim

ser entendida na separação relativa do econômico e do político.

. O Nordeste pode também, ser entendido como um conjunto de regiões quando se estuda os efeitos que a ação planificadora do Estado, via órgãos federais específicos como IAA, DNOCS etc. gera na reprodução do espaço sob intervenção sendo determinado e determinante das lutas sociais. Nesse prisma o conceito de região se ajusta mais diretamente a sua base sócio-econômica original. São mais perceptíveis suas determinações causais e históricas;

. O Nordeste pode, por fim, ser igualmente entendido como um conjunto de sub-regiões quando se estuda os efeitos da ação planificadora do Estado, via governos estaduais, nos espaços de intervenção. Nesse caso, por exemplo, a região açucareira se manifesta historicamente de modo diferenciado quando se verifica a organização do capital açucareiro em Alagoas, Pernambuco ou Paraíba.

AS IDENTIDADES NACIONAIS E REGIONAIS

As "fronteiras internas" têm, no fundo, a mesma importância estrutural das "fronteiras externas" para a sobrevivência do Estado burguês. Elas traçam limites que permitem ao Estado classista sustentar a divisão conflituosa das classes sociais ao mesmo tempo em que este Estado exerce um efeito contraditoriamente polarizador sobre o conjunto dessas classes sociais. Os limites das "fronteiras externas", criando um território nacional, permite a organização de um povo-nação, cuja existência real termina por montar um arco imaginário de solidariedade entre indivíduos que são na prática socialmente diferenciados. Do mesmo modo, os limites das "fronteiras internas" - esse é o aspecto que chamamos particular atenção - são o suporte de territórios regionais, onde se organizam "povos-regiões", cujas existências reais também criam arcos imaginários de solidariedades que contribuem para mascarar a existência de indivíduos socialmente diferenciados. No caso do Estado-nação como se trata de um único território nacional, a tendência é a formação de um povo-nação. No caso dos Estados-regiões, que são pedaços espacialmente localizados do Estado-nação, os territórios regionais, formam-se povos-regiões, cujas identidades históricas, culturais e sociais são submetidas e complementadas pela identidade nacional. Ainda com relação a identidade de regional existem outros aspectos a serem esclarecidos que dizem respeito aos efeitos derivados da existência múltipla e, as vezes, entrelaçada de territórios regionais sobre a identidade de dos indivíduos. Ou seja, a ação do Estado determinando cortes territoriais

internos, para promover a reprodução material do capital, controlar os movimentos sociais e assegurar a estrutura de poder vigente termina por provocar o surgimento de um imaginário social constituído por uma escala diferenciada e hierarquizada de identidades sociais: todas essas identidades, vale dizer, têm por referência última a identidade nacional. Exemplo: o indivíduo X que mora na cidade de Barreiros na zona da mata sul do Estado de Pernambuco identifica-se, no interior da sociedade política, a partir de diferentes ângulos hierarquizados: primeiramente ele é brasileiro (faz parte do povo-nação), em segundo ele é nordestino (faz parte do povo-região). Como povo-região ele ainda tem duas outras identidades: é pernambucano (nasceu no território de Pernambuco) e é barreirense (nasceu no território do Município de Barreiros).

O Estado, na perspectiva regional, age como um mediador entre a produção material capitalista montada numa estrutura de classes sociais diferenciadas e a representação simbólica dos indivíduos. Mediações que variam de Estado nacional segundo a história particular de cada nação e de cada região. No exemplo citado, o indivíduo X há cem anos atrás seria brasileiro, pernambucano e barreirense, mas não nordestino, porque a ação interventora do poder federal criando suas fronteiras internas não alcançava o limite supra-estadual. Sua identidade regional era mais restrita. Hoje, este mesmo indivíduo também se considera (e é) nordestino, condição que o destaca no seu cotidiano e na sua prática dentro das lutas sociais. É verdade também que a dimensão nacional, o ser brasileiro, é a mais universal na montagem da representação simbólica dos indivíduos. A idéia do "ethos nacional" responde pelas reações mais positivas na constituição da língua, dos hábitos e costumes predominantes. Mas o "ethos regional" lá aparece com suas características singulares, muitas vezes mascaradas, o que é normal, principalmente no atual estágio de dominação monopolista em que o "ethos" nacional encontra suas possibilidades de afirmação mais visíveis. Não desapegado contudo a identidade regional: ela se transforma, ela se adapta.

No caso do Brasil as identidades regionais são de suma importância devido às grandes dimensões do território nacional, como reflexo direto no processo político (uma olhada na história política do país revela a magnitude das diferenças regionais nos grandes momentos de crise. Hoje, o fenômeno se repete a olhos vistos: cargos regionais, ministros regionais, pleitos regionais etc.)

das, e necessário esclarecer a diferença que existe entre a idéia de povo-região (aqui desenvolvida) e a idéia de regionalismo. No segundo caso, trata-se do esforço das classes dominantes regionais para impor um discurso ideológico a partir do contexto regional e com efeitos não só no plano local como nacional. No primeiro caso, o da idéia de povo-região, não se trata de mera questão ideológica, mas de questão estrutural de existência do Estado burguês. O povo-região é a forma própria como aparecem as classes sociais na sociedade política, no espaço regional e no contexto de formação do Estado-nação.

Os conceitos de fronteiras e territórios regionais até agora vistos se situam num plano estrutural e histórico. São mediações criadas pelo Estado burguês, para assegurar sua reprodução e da ordem capitalista que o determina, o que independe de qualquer época ou de qualquer lugar. Mas do ponto de vista histórico, de cada Estado nacional, essas fronteiras internas exercem papel significativo para assegurar a ação planificadora diferenciada e complementar (planejamento regional X planejamento nacional) do Estado sobre o território nacional. Nessa perspectiva a ação de planejamento do Estado apresenta três sentidos principais: um econômico, um político e um terceiro ideológico. No plano econômico, a existência dos territórios regionais, dependendo dos estágios de desenvolvimento do capitalismo, serve tanto para promover o nascimento e crescimento das primeiras indústrias, geralmente de mercado local e regional, como também assegurar a reprodução ampliada supra-regional das grandes empresas monopolistas. A distribuição espacial/territorial do aparelho do Estado permite a reprodução planejada das relações econômicas desde o plano local até o plano central. No plano político, a ação do planejamento regional sobre o território regional assegura as classes dominantes regionais o controle de parte do aparelho de Estado nacional, condição indispensável para manutenção de sua situação de classe e para a barganha a nível nacional com as demais classes e frações dominantes. No nível ideológico, os territórios regionais constituem a base de apoio para que as classes dominantes regionais elaborem o seu discurso, a sua "verdade de poder"; discursos estes que podem ganhar conotação nacional, desde que a classe ou fração dominante passe a ser hegemônica a nível nacional (é o caso das classes cafejeiras na Primeira República) ou se manter simplesmente regionalista (é o exemplo do discurso das classes agrárias do Nordeste ainda nos dias atuais).

Desde logo, para não deixar dúvidas

PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DAS REGIÕES NO BRASIL

A primeira questão a ser posta em discussão ao se pretender formular um estudo da região como fenômeno social (independente do enfoque disciplinar adotado) é a relatividade do conceito de região no tempo. Dependendo dos estágios de desenvolvimento do capitalismo, concorrencial ou monopolista, e dos sub-estágios que acompanham as transformações desses momentos, a estrutura do conceito se transmuta obedecendo as determinações históricas contingentes.

Lembra a respeito, a historiadora Rosa Godoy, que "a relação espaço-tempo (processo histórico) resulta, pois, em cada período da história-periodicidade configurada a partir do modo de produção que estrutura a sociedade e se produz um espaço específico, a expressão da sociedade que o organiza"³⁴.

Pensando em termos de Brasil pode mos verificar que o espaço regional tem características diferenciadas segundo os tipos de articulações estruturadas a partir dos estágios de desenvolvimento do capitalismo central e periférico. Essas articulações refletem as espacialidades contidas nas relações de produção situadas no interior das formações sociais respectivas e são classificadas a partir do contexto histórico daquela formação social visada: no caso, o Brasil.

Considerando essa perspectiva, uma periodização pode ser estabelecida segundo os grandes momentos de transformação das articulações entre o desenvolvimento do capitalismo europeu e o desenvolvimento do capitalismo do Brasil. Nesse sentido, o marco central na formação das regiões no Brasil situa-se nos fins do século XIX, quando grandes transformações tem lugar a nível externo e interno. A nível externo observa-se a emergência do capital financeiro no âmbito internacional, tornando mais complexas as relações de troca entre países centrais e periféricos. A nível interno, verifica-se a constituição do mercado de trabalho livre, a expansão do capital industrial e o amadurecimento das funções políticas, administrativas e institucionais do Estado-nação. Até essa época, as regiões no Brasil, apesar de suas múltiplas diferenciações internas, podem ser chamadas, em termos genéricos, de regiões escravagistas. A partir dessa data, também em termos amplos, regiões capitalistas.

No interior do conjunto de regiões escravagistas também existe uma outra grande subdivisão situada no começo do século XIX, época em que ocorre a ruptura definitiva do monopólio colonial, e afirma-se a revolução in-

dustrial com efeitos na natureza das relações entre o Brasil e os países europeus. No plano interno emerge o movimento de independência política da colônia gerando o embrião do moderno Estado-nação. Na primeira fase encontramos regiões que podem ser denominadas de predominantemente escravagistas. As principais atividades econômicas como o açúcar são fundadas no trabalho escravo, são fortemente atadas ao comércio exterior e submetidas a um Estado, o da metrópole portuguesa, que se encontra fora do seu território. Por seu lado, no período situado entre inícios e fins do século XIX irá predominar outro tipo de região que preferimos denominar de regiões escravagistas modificadas. As relações centro-periferia se tornam mais complexas e não podem mais ser concebidas na sua autonomia unilinear primitiva, característica do período colonial. Amplia-se o desenvolvimento social do trabalho no Brasil, induzindo formas mais complexas, lentas, mas irredutíveis de reprodução do capital, que acompanham as transformações das antigas economias mercantis coloniais como o algodão e o açúcar, e das novas economias em ascensão como o café. Cresce aos poucos o uso do trabalho livre. Modificam-se os processos de trabalho. Esboça-se a organização de um mercado interior formada pelas trocas de matérias-primas e bens de consumo que consolida o uso da moeda como equivalente-geral das trocas de mercadorias. A antiga economia "interior" periférica transforma-se em "economia nacional" periférica, que traduz a formação de um território nacional. Do mesmo modo, torna-se mais complexa a estrutura social, os conflitos sociais e as relações de poder no Brasil. A redefinição da antiga relação centro-periferia é agora mediada pela ação do Estado nacional, em formação, apoiado numa plataforma territorial própria.

Por sua vez, o conjunto de regiões capitalistas também apresenta suas divisões internas. De modo amplo podemos formular uma grande linha demarcatória entre o conjunto que denominamos de regiões predominantes agrárias e regiões predominantes industriais. Os principais fatores de ruptura interna que separam os dois grupos são dados pela ascensão do capital monopolista, a partir dos anos cinquenta, como nova forma de regulação do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e pelas transformações do aparelho estatal que se desfaz de sua vocação assistencialista para emergir como meio de planificação da reprodução do capital a nível nacional. No plano externo podemos relacionar como mudanças significativas a entrada do capital estrangeiro para o mercado interior do país na condição de investidor direto, bem como a formação de uma massa crescente de

recursos financeiros migrantes no mercado internacional que termina por se dirigir para os países do Terceiro Mundo em vias de industrialização, como o Brasil.

A fase das regiões predominantemente agrárias assinala a emergência de indústrias de mercado local e regional, a expansão do trabalho assalariado, a ampliação dos circuitos comerciais no mercado interior³⁵, o crescimento dos centros urbanos, o surgimento de uma estrutura social complexa, com a burguesia e os trabalhadores procurando se estruturar politicamente na cena sindical e política, ensejando o aparecimento de significativos movimentos sociais com efeitos diretos nas formas de apresentação da ordem política. Apesar, contudo, da expansão das cidades e indústrias, o mundo rural conserva econômica e politicamente as rédeas do país até meados do século XX. A maior parte da população, então, ainda habita o campo e as classes dominantes agrárias conseguem exercer um poder relevante no aparelho do Estado, influenciando na política econômica governamental e no uso dos recursos públicos. Os espaços regionais são articulados sobretudo pela ação do capital mercantil mas não se defrontam com nenhuma forma de regulação que os submetam nacionalmente. Entretanto, já se observa o esforço da burocracia estatal de promover ações planejadoras em resposta aos conflitos e reivindicações das classes dominantes regionais como o demonstram a criação de órgãos como o IAA, O DNOCS, IBC.

No período das regiões predominantemente industriais ocorrem mudanças de grande peso nas diversas instâncias da formação social brasileira. Conso lidam-se no Sudeste do país grandes indústrias de caráter oligopolista, que se estendem aos poucos pelo território nacional levando grande parte das tradicionais indústrias de caráter local e regional a crises irreversíveis; fenômeno que vai ser marcante, no Nordeste, na indústria têxtil. O mercado interior integra-se e torna-se mais complexo com a aceleração das trocas mercantis e transferência inter-regional crescente de capitais e força de trabalho das regiões mais pobres para as mais ricas. A cidade torna-se o ponto máximo da concentração do capital e de sua produção. Os espaços regionais passam a ser articulados pela ação do capital financeiro que se apresenta como regulador nacional da reprodução capitalista. Essa ação reguladora pressiona a extinção de antigas regiões agrárias inadaptaíveis ao ritmo de reprodução do capital, (é exemplo de que está ocorrendo hoje na região algodoeira-pecuária), promove a transformação de regiões adaptaíveis ao capital, (a região cacaueteira e açucareira) e cria novas regiões de base agrária (as agricultu-

11 ras capitalizadas da uva no Vale do São Francisco, a soja no Rio Grande do Sul e São Paulo, o arroz no Planalto Central). Mas essas regiões de base agrária são agora braços da indústria e dos bancos que lhes fornecem os créditos, máquinas e equipamentos. Ao lado destas, porém, começa a se estruturar um outro tipo de região, predominantemente industrial que se desenvolve a partir das cidades e centros industriais reorganizando as condições de trabalho e de vida, a forma de estruturação do espaço e submetendo as regiões agrárias antigas e novas, situadas no seu raio de alcance. Com o surgimento das regiões predominantemente industriais a cidade é o eixo motor do desenvolvimento. As cidades articulam-se através de uma ordem hierárquica cujo eixo central é São Paulo e grandes eixos secundários as cidades de Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília.

O surgimento destas regiões industriais apenas é possível com a reformulação ocorrida na estrutura político-institucional do aparelho estatal permitindo a adoção de práticas planificadoras supra-regionais. Essas práticas traduzem as novas ações mediadoras do Estado, recortando espaços regionais a partir de diversos ângulos. Territórios são criados de acordo com as necessidades de acumulação do grande capital monopolista as quais se adequam aos imperativos de reprodução das atividades econômicas industriais, agrícolas e de serviços regionais e locais. Surgem assim novos organismos que respondem como ação de planejamento à escala de conflitos sociais inéditos (no interior das classes dominantes e entre dominantes e dominados) cujos exemplos são muitos como a SUDENE, o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a SUDECO, a SUDAM, etc.

Com as regiões industriais e a migração campo-cidade promovida com a expansão do trabalhador rural, a cidade torna-se definitivamente o palco privilegiado dos movimentos sociais e da luta política.

NOTAS

¹ Expressão maior desse fenômeno ao nível das Ciências Sociais no Brasil é dado pela natureza dos trabalhos apresentados ao Grupo de Trabalho sobre "Questão Regional" no Brasil da ANPOCS, cuja diversidade de temas deixa entender uma apreensão meramente empírica do conceito de região. Foi este reconhecido em relatório da nova coordenação do G.T. como um dos problemas principais a ser corrigido no interior do Grupo.

- 2 SANTOS, Milton: Por uma Geografia Nova, Ed. Hucitec/Ed. da Universidade de São Paulo, 1978, p. 23.
- 3 Um exemplo claro desse problema é dado pelo rápido envelhecimento da proposta de "regionalização agrária do Nordeste" adotada pela SUDENE na década de setenta e coordenada pelo geógrafo Mario Lacerda (Ver MELO, Mario Lacerda; Regionalização Agrária do Nordeste, SUDENE, Estudos Regionais 3, Recife, 1978) que procura definir os espaços agrários a partir das formas de uso de recursos. As rápidas transformações que conhece a economia e a sociedade nordestina nos últimos anos, aliada à insuficiência teórica da proposta vieram tornar problemática o aprofundamento das investigações a partir do paradigma inicial. De forma tal que no seu estudo sobre "A região Cacaueira da Bahia" DINIZ e DUARTE reconhecem que "o contato com a realidade empírica evidenciou que se deveria ir além das relações simplificadoras entre as condições naturais e a estrutura econômica-social e que deveria ser ultrapassado o conceito de região como espaço homogêneo. A realidade mostrava-se mais complexa que os conceitos de região até então utilizados (ver DINIZ, José Alexandre Felizola e DUARTE, Aluizio. A região cacaueira da Bahia, SUDENE, 18, Recife, 1983, p. 26).
- 4 SOUZA, Washington Peluso Albino de: "O Planejamento Regional no Federalismo Brasileiro" in Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 28, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, janeiro, 1970, p. 131/132.
- 5 MORAES, Antonio Carlos Robert de, Geografia Crítica. Avalorização do espaço, Ed. Hucitec, São Paulo, 1984, p. 28.
- 6 LIPIETZ, Alain, Le Capital et son espace, Maspero, Paris, 1977 p. 23.
- 7 LIPIETZ, Alain, op. cit. p. 23.
- 8 _____ p. 26.
- 9 _____ pp. 89, 90.
- 10 LIPIETZ classifica as regiões em três categorias: a) região de forte presença tecnológica, b) região de densa mão-de-obra não qualificada produzida pela dissolução de outros modos de produção ou pelo declínio de indústrias obsoletas (LIPIETZ), Alain, op. cit., p. 84). Como se vê é uma classificação bastante restrita e insuficiente e de pouca aplicabilidade.
- 11 SANTOS, Milton, op. cit. p. 38.
- 12 _____, op. cit. p. 167.
- 13 _____, op. cit. p. 167.
- 14 _____, op. cit., p. 177.
- 15 _____, op. cit. p. 138.
- 16 _____, op. cit. p. 179.
- 17 Diz Milton SANTOS: "Existem três modalidades de ação do Estado:... 2) A ação do Estado pode referir-se à satisfação de necessidade de tipo regional, mas cuja resposta é dada em um ponto preciso desse espaço; (SANTOS, Milton, op. cit. pp. 185, 186).
- 18 OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma região. SUDENE Nordeste. Planejamento e conflito de classes, Paz e Terra, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1977, p. 27.
- 19 GOLDENSTEIN, Lea e SEABRA, Manoel, "Divisão Territorial do Trabalho e nova regionalização" in Revista do Departamento de Geografia, nº 1, 1982, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo.
- 20 LIPIETZ, Alain, op. cit. p. 21.
- 21 OLIVEIRA, Francisco de, op. cit. p. 30.
- 22 _____, op. cit. p. 27.
- 23 _____, A Economia da Dependência Imperfeita, Edições do Graal, Rio de Janeiro, 1977, p. 62.
- 24 LIPIETZ, Alain, op. cit. pp. 84, 85.
- 25 OLIVEIRA, Francisco de, op. cit. p. 31.
- 26 Ver a respeito a citação número 10.
- 27 Um exemplo claro disso é fornecida pela análise que o autor faz a respeito do Instituto do Açúcar e do Alcool. Para ele em termos de São Paulo o IAA foi um órgão de planejamento, reproduzindo a relações do capital. Ao contrário, para o Nordeste, o mesmo IAA não seria um órgão de planejamento, ao reproduzir relações sociais arcaicas (Ver OLIVEIRA, Francisco de, op. cit. p. 67).
- 28 LIPIETZ, Alain, op. cit. p.
- 29 MORAES, Antonio Carlos Robert de., op. cit. p. 128.
- 30 POULANTZAS; Nicos, Estados, Poder e

- socialismo. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1980, p. 118.
- 31 A discussão a respeito das tendências "uniformizantes" de organização do espaço na atual fase de dominação do capital monopolista tem se tornado ponto crucial na reflexão teórica sobre a própria natureza dos conceitos de espaço e de região e sobre o sentido das ações de planejamento regional. Parecem esquecer os autores, porém, que a penetração do capital em todas as órbitas da produção não tem desfeito as especificidades dos processos produtivos, apesar de submetê-los, apesar de articulá-los. A permanência das singularidades locais/regionais da produção econômica, social, política, ideológica e cultural capitalista não se explica apenas pelos movimentos concentracionistas/dispersionistas do capital na sua trajetória reprodutiva. Explica-se, sobretudo, pelo fato que sendo o capital uma "relação social", esta reprodução está historicamente sujeita a ações estimuladoras e/ou inibidoras exercidas pelos atores sociais nas suas práticas de confrontos e lutas. É isto que explica a dialética da produção e reprodução do espaço capitalista. Ele é homogenizado apenas através de um processo paralelo de heterogeneização, que lhe atribui uma permanente e dinâmica singularidade histórica.
- 32 O conceito de "região moderna" aqui adotado diz respeito ao espaço social construído a partir das regulações econômicas, políticas e culturais das relações sociais em dado momento. Descarta-se, portanto, desde logo, a idéia de "região moderna", no presente estudo, como expressão particularizada do quadro natural que, sem dúvidas, tem sua grande importância para o estudo das ciências experimentais, mas sem interesse imediato nesse tipo de estudo.
- 33 POULANTZAS, Nicos, *op. cit.* p. 09.
- 34 SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional, Editora Moderna de São Paulo.
- 35 O açúcar nordestino é comercializada nas praças do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Belém e Manaus. A charque gaúcha é vendida no Rio de Janeiro, Recife e Fortaleza, etc.